



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## Relatório INSP-2020-0075

BI-2019-0074

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 13/06/2019

**Hora:** 14:45

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** Paulo M. Pires

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito do plano de atividades.

No local foi contactada a Sr.ª Jéssica Andreia Soares Garcia, escriturária e o Sr. André Miguel Ávila Nunes, gerente.

Foi realizada uma visita às instalações, foram solicitados esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente recolha e controlo, separação, armazenamento e encaminhamento de resíduos, entre outras obrigações ambientais.

Foram verificadas as condições a que ficam submetidas as operações de gestão de resíduos descritas no ponto 4 da 4ª adenda ao alvará de licença nº 8/DRA/2012, de 22 de fevereiro de 2019.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Reci Sucatas, Unipessoal, Lda.

**NIPC/NIF:** 514315415

**Sede/morada:** Rua Conselheiro Avelar nº 54

**Código Postal:** 9950-362

**Freguesia:** Madalena

**Concelho:** Madalena

**Ilha:** Ilha do Pico

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Reci Sucatas - Armazém

**Endereço:** Zona Industrial de Santa Luzia

**Código Postal:** 9940-128

**Freguesia:** Santa Luzia

**Concelho:** São Roque do Pico

**Ilha:** Ilha do Pico

**Atividade principal:** 46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos

**Outras atividades:** ----



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**Período de funcionamento:** Das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.

**Licenciamento da atividade:** 4ª Adenda ao Alvará nº 8/DRA/2012

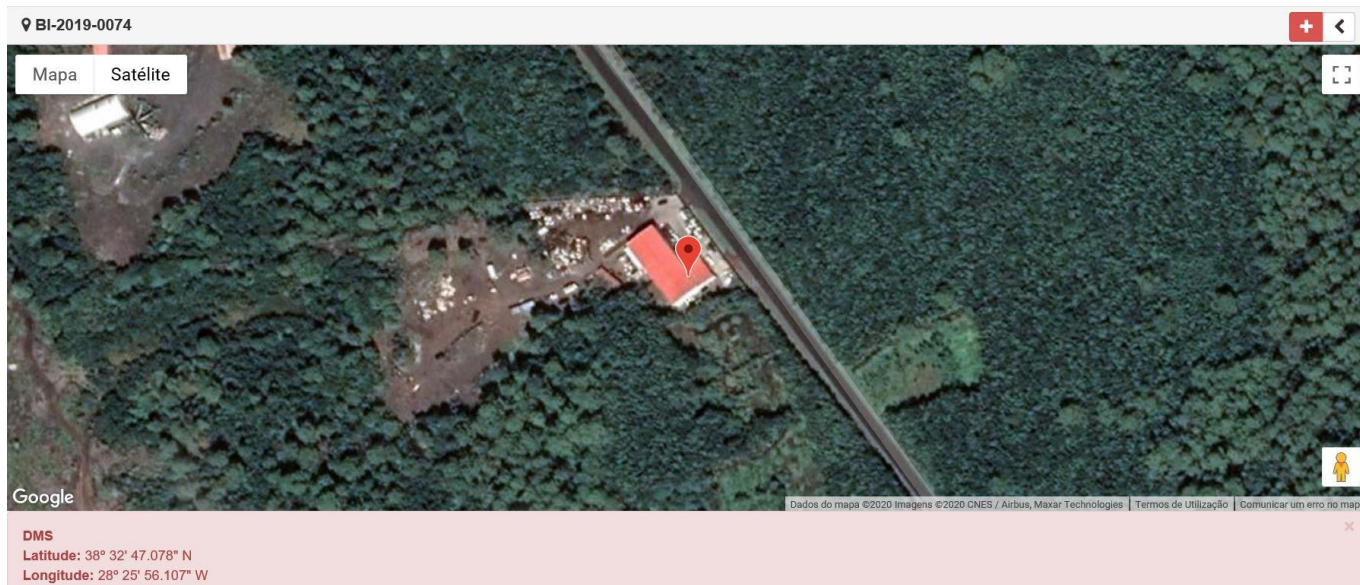


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A empresa utiliza um edifício, um terreno impermeabilizado e um terreno não impermeabilizado para a atividade. No edifício, existe escritório, balança, local para desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV), local de armazenamento de peças e pneus. No terreno impermeabilizado existe uma báscula para pesar veículos (fora de serviço por falta de aferição), local de armazenamento de VFV, local de armazenamento de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), resíduos metálicos provenientes do desmantelamento para enfardar, giratória e enfardadeira de metais. No terreno não impermeabilizado, verificou-se a presença de VFV, contentores marítimos para o transporte de resíduos e diversas caixas de plástico com resíduos de metais e REEE, e resíduos depositados no solo.

A empresa tem um armazém equipado com contentores destinados a receber os líquidos retirados dos veículos durante a despoluição

## 3 – Água de consumo

### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

☒ Rede pública

☐ Captação própria em DPH

☐ Captação própria em RH particulares



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	WC	Fossa séptica	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	----		
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Pátios impermeabilizados	Separador de hidrocarbonetos	Solo

### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

- ☐ Operador de gestão de resíduos;
- ☐ Valorização agrícola;
- ☐ Outro.

### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>b)</b> Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não cumprido	Processo suspenso conforme comunicação da DRA SAI-DRA/2018/3097 de 16 de julho. Atendendo aos incumprimentos detetados e identificados na vistoria, cuja má gestão tem implicação direta no não cumprimento da drenagem e tratamento adequado das águas residuais.
<b>c)</b> Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
<b>d)</b> Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
<b>e)</b> Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
<b>f)</b> Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
<b>g)</b> Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
<b>h)</b> Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
<b>i)</b> Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

A quantidade de resíduos rececionados é contabilizada com recurso a uma balança que se encontra no armazém. A báscula está fora de serviço. É verificada a E-GAR e o peso descrito. Segundo informação do gerente, o registo dos metais entregues por particulares, sem E-GAR, é efetuado em folha, com os seguintes dados: o dia, o nome, o contribuinte e o local. Confirmou-se a fatura de compra a pronto n.º 0767, em nome de Carlos Oliveira, tendo-se verificado que não estava registado na folha de registo de entrada.

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	10 Ton. - 16 01 04* - veículos em fim de vida (VfV); 22,614 Ton. - 16 06 01* - acumuladores de chumbo; 500 kg - 17 02 04* - vidro, plástico e madeira contendo ou contaminados com substâncias perigosas.	R 13	Mapa SRIR 2018
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	1,59 Ton. - 12 01 01 - aparas e limalhas de metais ferrosos; 133,48 Ton. - 16 01 17 - metais ferrosos; 46,9 Ton. - 16 01 18 - metais não ferrosos; 1,78 Ton. - 17 04 05 - ferro e aço; 0,90 Ton. - 17 04 07 - misturas de metais.	R 4 e R 13	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input type="checkbox"/> Resíduos urbanos			



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
“Produtores Variados”	Não é possível determinar a principal origem dos resíduos com base no Mapa de SRIR de 2018, uma vez que das 217,76 Ton. de resíduos recebidas pela empresa em 2018, 201,63 Ton. foram entregues por “ <b>Produtores variados</b> ”.

### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
16 01 03	pneus usados	0,98 Ton.	Varela e Cª Lda - Ecocentro Pico - Alvará: 1/DRA/2011
16 01 17	metais ferrosos	0,200 Ton.	Reci Sucatas, Unipessoal, Lda.*
16 01 18	metais não ferrosos	0,450 Ton.	
16 01 19	plástico	0,320 Ton.	RESIAÇORES-Gestão de Resíduos dos Açores, Lda. – Pico
16 01 20	vidro	1,84 Ton.	
16 02 16	componentes retirados de equipamento fora de uso	5,19 Ton.	Recifalém - Reciclagem e Gestão de Resíduos Industriais, S.A.
16 06 01*	acumuladores de chumbo	21,15 Ton.	Activelabor - Comércio e Reciclagem de Metais, Lda.
		8,09 Ton.	Recifalém - Reciclagem e Gestão de Resíduos Industriais, S.A.
17 04 07	misturas de metais	0,400 Ton.	Reci Sucatas, Unipessoal, Lda.*
17 06 04	materiais de isolamento	2,20 Ton.	RESIAÇORES-Gestão de Resíduos dos Açores, Lda. – Pico
19 12 02	metais ferrosos	171,25 Ton.	Activelabor - Comércio e Reciclagem de Metais, Lda.
		476,81 Ton.	Recifalém - Reciclagem e Gestão de Resíduos Industriais, S.A.
19 12 03	metais não ferrosos	44,8 Ton.	Activelabor - Comércio e Reciclagem de Metais, Lda.
		7,74 Ton.	Recifalém - Reciclagem e Gestão de Resíduos Industriais, S.A.

\* Destinatário dos resíduos registado no SRIR como sendo o próprio operador

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Contentores de armazenamento de resíduos não identificados, armazenamento de resíduos em local não impermeabilizado.
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Submeteu o mapa de registo dos resíduos referente a 2018 a 2019-02-26. Mapa incompleto/incorrecto, não colocou os alvarás dos OGR: RESIAÇORES-Gestão de Resíduos dos Açores, Lda. – Pico, Recifalém - Reciclagem e Gestão de Resíduos Industriais, S.A., encaminha resíduos para a própria empresa, e a maioria dos resíduos recebidos, cerca de 92,6 % tem como origem “Produtores variados”.
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	Armazenamento efetuado em caixas de carrinha.
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A		Segundo informação prestada pelo Sr. André Nunes, mistura os óleos usados com o combustível para utilizar nas viaturas. Não foi possível concluir relativamente ao destino efetivo dado aos óleos usados nem quantidades produzidas.
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não cumprido	Segundo informação prestada pelo Sr. André Nunes, não estão a receber VFV, mas ainda têm VFV, não despoluídos.
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Não cumprido	REEE armazenados em locais sem cobertura à prova de intempéries, em caixas não herméticas, sobre superfície não impermeabilizada.
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Não verificado	Não se verificou armazenamento de pilhas e acumuladores.
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

Fotos:



Foto 1 – óleos usados no solo e com escorrência pelo pátio.

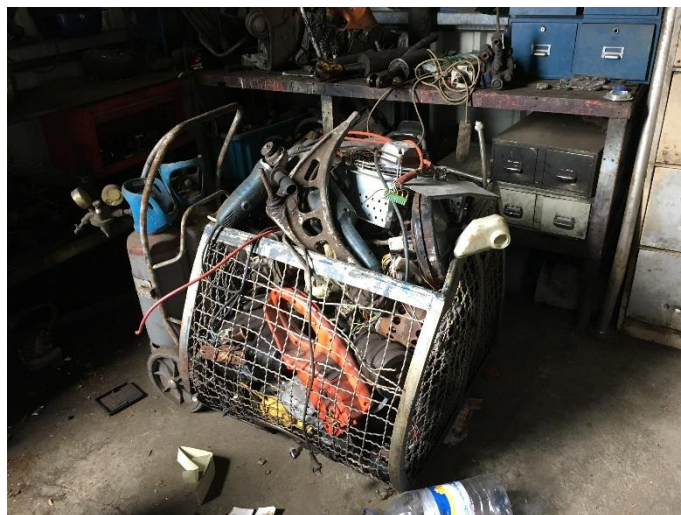


Foto 2 – Mistura de resíduos em recipiente não identificado.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Foto 3 – Resíduos armazenados em local não delimitado nem identificado.



Foto 4 – VFV e resíduos armazenados em local não delimitado nem identificado.

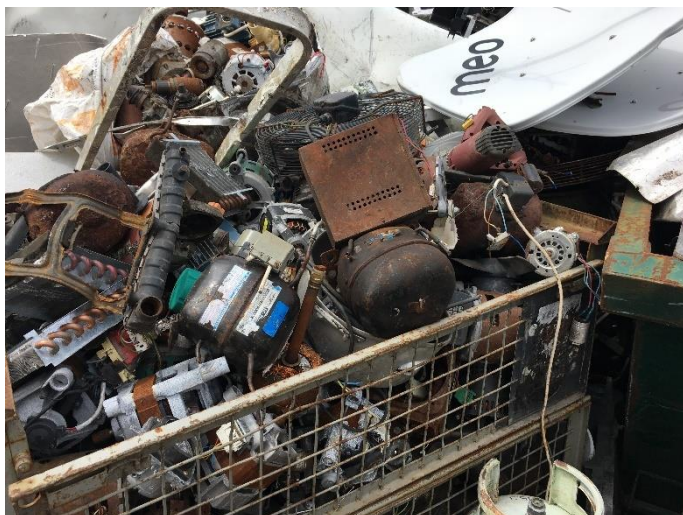


Foto 5 – Mistura de REEE em recipiente não identificado e sem proteção contra as intempéries.



Foto 6 – REEE armazenados em local não impermeabilizado nem ao abrigo das intempéries.



Foto 7 – Resíduos depositados sobre solo não impermeabilizado.



Foto 8 – Resíduos depositados sobre solo não impermeabilizado.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Foto 9 – Contentor de armazenamento de resíduos não identificado.



Foto 10 – Armazenamento de pneus usados.

**5.2.2** – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) “Devem existir estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento”.	Condição a) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Cumprido	
b) “Deve ser disponibilizado painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, e os contactos dos responsáveis pela instalação”.	Condição b) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Cumprido	
c) “Devem ser previstas áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos”.	Condição c) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não cumprido	Não existem áreas de estacionamento nem circuitos específicos para as viaturas afetas às operações de gestão.
d) “As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações devem ser devidamente delimitadas e identificadas”.	Condição d) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não cumprido	As áreas não estão delimitadas nem identificadas.
e) “Todas as áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores”.	Condição e) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não cumprido	As áreas não estão delimitadas nem identificadas.
f) “Os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER”.	Condição f) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não cumprido	A maioria dos recipientes não estão identificados.
g) “Os resíduos de baterias e acumuladores devem ser armazenados em recipientes estanques, com uma composição que não reaja com os componentes dos resíduos, e armazenados com o líquido no seu interior e na posição vertical, com as aberturas fechadas e voltadas para cima”.	Condição g) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não aplicável	Não tinha resíduos de baterias e acumuladores.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
h) “A zona de armazenagem de pneus deverá possuir superfície impermeável e ser coberta. Os pneus devem ser armazenados sem empilhamento excessivo”.	Condição h) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Cumprido parcialmente	Armazenamento em local não coberto.
i) “O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança”.	Condição i) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não cumprido	Resíduos armazenados sobre solo. O armazenamento de resíduos não prevê o risco de incêndio, nomeadamente os pneus estão armazenados junto a zona de mata comburentes e verificou-se mistura de resíduos, com pneus e plásticos.
j) “A descarga de águas residuais deve estar devidamente autorizada e a instalação deve ter disponível uma cópia da autorização”.	Condição j) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não cumprido	Descarga não autorizada. Processo suspenso pela Direção de Serviços dos Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DSRHOT).
k) “Deve estar disponível um sistema de pesagem para quantificar e registar os resíduos admitidos”.	Condição k) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Cumprido	A balança estava fora de serviço, por falta de aferição. Tem balança no armazém.
l) “Devem estar registados os procedimentos adotados para o controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”.	Condição l) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não cumprido	Não tem registo dos procedimentos adotados para o controlo de resíduos.
m) “O transporte de resíduos deve cumprir com as regras previstas na Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro e, quando aplicável, deve ser acompanhado por guia devidamente preenchida”.	Condição m) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Cumprido	
n) “Deve ser dado cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 54/2012, de 6 de setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos”.	Condição n) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não verificado	
o) “A instalação deve estar dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo”.	Condição o) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Cumprido	Tem serrim/farelo
p) “Deve ser assegurado que os resíduos são encaminhados para empresas devidamente licenciadas para a gestão desses resíduos”.	Condição p) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Cumprido	
q) “Todos os colaboradores devem estar devidamente informados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em respeito pelas normas legais aplicáveis”.	Condição q) do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença n.º 8/DRA/2012	Não verificado	

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
----	----

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
----			

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	----	
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	----	
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	----	
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	----	

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	Empresa não tem funcionário certificado para intervenções em ar condicionado de veículos.
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
----			

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

#### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	----	
3 ≤ Carga < 30	----	
30 ≤ Carga < 300	----	
Carga ≥ 300	----	

#### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Não tem recetores sensíveis na envolvente	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	Não foi realizada avaliação acústica.

## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não cumprido	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Não cumprido	

## 9.3 – Doença do legionário

### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não aplicável	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não aplicável	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não aplicável	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

### 9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

##### 2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Não cumprido	Não constituiu uma garantia financeira.

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- A utilização dos recursos hídricos - rejeição de águas residuais, sem o respetivo título, em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea a) do nº 3 do art.º 81º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- O incumprimento das normas de armazenagem e triagem de resíduos (ponto 5.2.1 alínea c)), em violação do disposto no artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- O preenchimento incorreto e incompleto dos mapas de registo de resíduos no SRIR (ponto 5.2.1 alínea i)), bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- Incumprimento das operações de tratamento constantes do nº 2.2 do anexo III do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho (ponto 5.2.1 alínea e)), em violação do disposto no nº 2 do artigo 39.º do referido diploma, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 62.º do diploma citado;
- Incumprimento das regras para o tratamento dos REEE's, em violação do disposto no n.º 2 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea ff) do n.º 2 do artigo 90.º do diploma citado;
- Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

---

de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado, nomeadamente das condições fixadas nas alíneas abaixo transcritas do nº 4 da 4ª Adenda ao Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 8/DRA/2012:

- c) “Devem ser previstas áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos”;
  - d) “As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações devem ser devidamente delimitadas e identificadas”;
  - e) “Todas as áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores”;
  - f) “Os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER”;
  - h) “A zona de armazenagem de pneus deverá possuir superfície impermeável e ser coberta. Os pneus devem ser armazenados sem empilhamento excessivo”;
  - i) “O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança”;
  - j) “A descarga de águas residuais deve estar devidamente autorizada e a instalação deve ter disponível uma cópia da autorização”;
  - l) “Devem estar registados os procedimentos adotados para o controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”.
- g. A não implementação de um plano de controlo de roedores, em violação do disposto no artigo n.º 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, em conjugação com a Portaria n.º 32/2015, de 13 de março, configurando assim a prática de contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro;
- h. A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 11 – Indicações e medidas adotadas

### Indicações transmitidas:

----

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☒ Levantamento de auto de notícia pelo incumprimento de condições descritas na 4ª Adenda ao Alvará n.º 8/DRA/2012.
- ☒ Outra: O Alvará de OGR era válido até 31 de maio de 2020, pelo que se deverá solicitar informação à Direção Regional do Ambiente, sobre a renovação do alvará, previamente a eventual notificação para regularização das infrações detetadas.

Por se tratar de um Operador de Gestão de Resíduos, envio do relatório à Direção Regional do Ambiente para conhecimento.